

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: 0013861-53.2013.8.26.0566
 Classe - Assunto: Produção Antecipada de Provas - Medida Cautelar
 Requerente: Giselle Siedschlag
 Requerido: Companhia Paulista de Força e Luz Cpfl

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares

Vistos.

A autora Giselle Siedschlag propôs a presente ação contra a ré CPFL, pedindo nomeação de perito para realização de perícia técnica no poste de distribuição de energia elétrica que abastece a sua residência e fiação adjacente, bem como no medidor individual, localizados na Avenida Miguel Damha, 1000 CS 450, Condomínio Residencial Damha, nesta Comarca.

A ré, em contestação de folhas 57/59, pede a improcedência do pedido, por ausência de perigo na demora e aparência do bom direito.

Réplica de folhas 69/70.

Laudo Pericial de folhas 197/304.

Manifestação da ré (folhas 311).

Manifestação da autora às folhas 315.

É o relatório. Fundamento e decido.

Indefiro o pedido de folhas 316, porque, com todo respeito, a perícia não está incompleta. Foi realizada de forma ordenada e respondido os quesitos.

A causa de pedir na contestação não merece guarida, eis que a autora entende que a prova pericial é necessária para esclarecer o acerto ou não do consumo de energia elétrica.

É sabido que a sentença, na produção antecipada de provas, tem caráter homologatório. O juiz apenas aprecia a regularidade formal do processo.

No presente caso, a produção da prova pericial observou as formalidade legais.

Lembro que eventual crítica ao laudo pericial poderá ser feita no processo principal, tendo em vista que, no momento oportuno, o juiz da causa a apreciará e formará seu convencimento.

Diante do exposto, homologo o laudo pericial, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Por ter apresentado contestação, merece a ré ser condenada nos ônus sucumbenciais. Nesse sentido: "Direito de vizinhança - Produção antecipada de provas - Danos no imóvel - Perícia para constatação - Homologação pelo Magistrado - Mérito a ser analisado no processo principal. Na produção antecipada de provas a sentença é meramente homologatória, ficando para a ação principal a resolução do mérito da demanda e a oportunidade de valoração da prova produzida. Condenação nos ônus sucumbenciais - Cabimento. A contestação oferecida pelo requerido tornou a medida cautelar em ação cautelar, implicando sucumbência à parte vencida e conseqüente ônus de arcar com as despesas originadas pela contenda. Recurso improvido. (Relator(a): Orlando Pistoresi; Comarca: Itapira; Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 19/05/2010; Data de registro: 26/05/2010; Outros números: 1232644600)". Diante do exposto, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, ante a inexistência de complexidade, com atualização monetária desde hoje e juros de mora a contar do trânsito em julgado. P.R.I.C. São Carlos, 04 de fevereiro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA